

## TRANSGÊNERO E HUMANIZAÇÃO NO JORNALISMO: UM MAPEAMENTO DA EDITORIA LGBT DO VEÍCULO INDEPENDENTE JORNALISTAS LIVRES

Douglas Saviato Medeiros

*Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)*  
*douglas.saviatomedeiros@gmail.com*

**Resumo:** O jornalismo é considerado o quarto poder na sociedade, portanto, suas publicações exercem uma grande influência na sociedade como um todo. Este trabalho retrata as abordagens dos grandes veículos de comunicação, que, geralmente, noticiam casos de violência e prostituição quando se referem a comunidade LGBT, especialmente os transgêneros. Isso acaba corroborando com o preconceito e a marginalização deste grupo. Porém, esta pesquisa põe em discussão que esta parcela da população tende a ser tratada sob a ótica de um jornalismo mais humanizado nos veículos independentes de comunicação. Para isso pretende-se analisar o site de notícias independente Jornalistas Livres, que destina uma editoria específica denominada de LGBT. O espaço dá visibilidade aos transgêneros e não os trazem como personagens de histórias trágicas. No veículo independente, os assuntos são abordados com mais profundidade e humanização, fugindo dos maneirismos textuais que colocam esta parcela da população como marginal.

**Palavras-chave:** transgênero; jornalismo independente; veículos de comunicação.

### INTRODUÇÃO

A transexualidade sempre foi uma condição humana percebida com estranheza pela sociedade. Ao longo dos anos, o gênero em questão vem ganhando visibilidade, mas na maioria dos casos com destaque negativo. As reportagens vinculadas na imprensa tradicional estão restritas, na sua maioria, em casos de violência. E são muitos casos. Somente no ano de 2016, segundo dados do Grupo Gay da Bahia, associação mais antiga de defesa dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil, 343 LGBTs (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) foram mortos no país. Número que credencia o Brasil como o campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. A cada 25 horas um LGBT é brutalmente assassinado vítima da LGBTfobia ou transfobia<sup>1</sup>.

Estes números não representam todos os casos. Uma gama de crimes contra os LGBTs são negligenciados ao não serem investigados e serem classificados como assassinatos comuns. Nos últimos anos, com o crescimento do jornalismo alternativo e independente, principalmente nas plataformas digitais, nota-se um tratamento diferenciado no que tange aos transgêneros. O tratamento mais humanizado para esta parcela da população é fundamental para que políticas em

---

<sup>1</sup> Dado do Relatório 2016 de Assassinatos de LGBTs no Brasil, do Grupo Gay da Bahia. Disponível em <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-ps.pdf>

favor dos homossexuais, como os transgêneros, identidade que pretende nortear este trabalho, sejam desenvolvidas.

Para Tepedino (2011, p.19), o processo de evolução da sociedade brasileira, marcado por “crescentes intervenções legislativas [...] que refletiam a mudança no pensamento e na identidade cultural”, aliado às inúmeras manifestações em prol dos direitos à igualdade e à dignidade, impõem o Poder Público a promover medidas e políticas públicas eficazes à proteção dos direitos humanos das minorias. Portanto, cabe ao poder público criar medidas legislativas que visam beneficiá-las.

Esta mudança de pensamento e na identidade cultural vem se moldando ao longo dos tempos de forma gradativa. Para Hall (2006, p. 7), “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno”. Denomina-se como identidade cultural o conjunto de relações sociais estabelecidas com membros da sociedade que partilham de língua, cultura, tradição, costumes e religião, por exemplo. Tais elementos culturais formam várias identidades pelo mundo. Assim, cada povo possui sua característica, sua cultura, seu costume e, conseqüentemente, sua identidade cultural. Na avaliação de Bhabha (1998), a identidade cultural é construída através de um processo de que todo homem social interage e interdepende de outros indivíduos.

Entre as diversas identidades destaca-se a dos transgêneros que, como avalia Bento (2006), é a nomenclatura que define oficialmente as pessoas que vivem uma contradição entre corpo e subjetividade. O termo transgênero, datado da década de 1980, de acordo com Ávila e Grossi (2010), se refere a uma pessoa que se sente pertencente ao gênero oposto ao biológico ou pertence a ambos ou nenhum dos sexos tradicionais. Priore (2011) vai mais a fundo ao ressaltar que a maior parte dos transgêneros sente-se prisioneiro em um corpo em que não o reconhece como o seu. Reinaudo e Bacellar (2008) colocam que o ser transgênero exclui o fator biológico, não levando em consideração a natureza física do indivíduo para lhe considerar homem ou mulher, mas sim a sua natureza de identidade, ou seja, aquela que acredita pertencer.

Em uma sociedade democrática no qual o direito de ir e vir e de ser está assegurado a todos, não há como negligenciar esta parcela da população. Após mais de meio século da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é essencial a reflexão em relação às minorias, sejam elas as mulheres, os negros, os indígenas, os deficientes ou os homossexuais. Conforme Mott (2013), gays, lésbicas e os transgêneros representam, pelo menos, 10% da população brasileira, equivalente a 16 milhões de seres humanos. Tendo em vista o crescente número populacional das minorias sexuais,

como os transgêneros, principalmente no fim do século XX, esta pesquisa visa constituir bases preliminares para contextualizações necessárias à pesquisa de mestrado em andamento. Pretende-se estudar como os transgêneros são apresentados no portal de notícias independente Jornalistas Livres<sup>2</sup>, que destina em sua página na internet uma editoria exclusiva aos LGBTs.

Diferente dos veículos tradicionais, o espaço é estritamente voltado para dar visibilidade a estas identidades sexuais. Também, busca-se perceber as diferenças do site estudado com a mídia tradicional nas formas de tratamento aos transgêneros. A proposta é compreender o contexto em que os transgêneros apresentados surgem como elementos discursivos neste veículo de comunicação. A pesquisa ainda busca entender de que forma a humanização dos personagens são apresentadas nas publicações da editoria LGBT, analisando os fatores sociais que esta prática pode contribuir para que os transgêneros sejam percebidos de maneira que possam ser inclusos na sociedade, deixando para trás sua condição histórica de estar à margem da sociedade. Será possível avaliar se o jornalismo alternativo rompe a barreira da grande mídia tradicional, que destina em seus veículos um espaço restrito para esta gama da sociedade. Espaço este, que, na maioria das vezes, é ocupado por notícias que retratam a violência e a prostituição.

## **JUSTIFICATIVA**

Para entender como os transgêneros são tratados no meio independente de comunicação é preciso identificar como surgiu este viés jornalístico no Brasil. A mídia alternativa e independente não se constitui como novidade, tendo em vista os diferentes veículos, impressos ou eletrônicos, que surgiram durante o século XX no Brasil. Alguns deles em plena Ditadura Militar (1964-1985) e que não tiveram vida duradoura.

Mesmo com sua presença antiga no cenário nacional, percebe-se que a mídia alternativa e independente ganhou maior audiência com o advento da internet e, conseqüentemente, maior capacidade de formar opinião. Este caráter jornalístico está vinculado às classes mais populares tendo em contrapartida a mídia dominante, historicamente ligada aos donos do poder político e econômico do país. Oliveira (2009) destaca que o desconforto e a lacuna da mídia tradicional são a condição objetiva para o surgimento do jornalismo alternativo e independente, que propõe uma

---

<sup>2</sup> Jornalistas Livres ([jornalistaslivres.org](http://jornalistaslivres.org)) é um portal independente de notícias criado em maio de 2015, após as manifestações de março do mesmo ano. É formado por diversos coletivos de mídia livre, artistas, jornalistas independentes, repórteres, editores, fotógrafos e cinegrafistas. Os envolvidos nesta proposta estão empenhados a enfrentar a escalada da narrativa de ódio e o permanente desrespeito aos direitos humanos e sociais no Brasil.

forma da realidade diferenciada do que é apresentado comercialmente. Além disso, trata-se da capacidade de tornar público aquilo que é omitido pela mídia, como destaca Carvalho (2011). Assim, com o advento da internet, ativistas de movimentos sociais e de gênero podem produzir seus conteúdos e publicá-los na internet, promovendo determinado tema.

Como destaca Downing (2002), a mídia alternativa e independente não apenas fornece ao público os fatos que são negados, mas pesquisa formas de desenvolver questionamentos do processo hegemônico e fortalece o sentimento de confiança do público em seu poder de engendrar mudanças construtivas. Um jornalismo independente e alternativo está livre dos condicionamentos das empresas e dentro da lógica que a internet representa: agilidade, imediatismo, liberdade. É através deste caráter alternativo e independente que os transgêneros tendem a aparecer longe dos holofotes da violência e da prostituição. Muito se discute, principalmente na academia, o espaço ocupado pelos transgêneros na mídia e como categorizá-los. O que se percebe, ao buscar referencial para o presente estudo, é que poucas são as publicações na mídia tradicional que trazem o transgênero como integrante da sociedade. Geralmente são publicações estereotipadas que não contribuem para uma mudança no tratamento desta parcela da população.

Um jornalismo livre de preconceitos, que não categoriza, não exclui, não marginaliza e não legitima discursos de ódio é o que se espera em todos os veículos de comunicação. O jornalismo, considerado como o quarto poder, é influenciador da cultura de um país, portanto, é essencial que as publicações sejam limpas de sexismo, racismo, transfobia e homofobia, por exemplo. Conforme a etimologia da palavra, humanizar consiste em tornar mais humano e para fazer isso em uma reportagem, o caminho vai além de valorizar os personagens, é entendê-los como seres humanos e não apenas como fontes. É contar um acontecimento através de histórias daqueles que estiveram lá, sem economizar os detalhes, passando ao leitor não apenas o relato do entrevistado e as informações que ele possui, mas sobretudo quem ele é, onde ele está e o porque ele está ou esteve no local do acontecimento.

O fazer jornalístico como processo de significação e ressignificação exige observação/percepção, reflexão e expressão de mundo. Por isso, os jornalistas devem ir além do “dar a notícia” para compreender os fenômenos sociais e compartilhar esta compreensão. Assim, o fazer jornalístico supõe a busca da essência das ações humanas contidas nos fenômenos sociais. O jornalismo humanizado, portanto, não se propõe apenas a produzir textos diferenciados, com linguagem que usufrui dos recursos da literatura, que valoriza personagens. Mais que isso, busca a essência das ações humanas – é um olhar, uma perspectiva, um ponto de partida diferenciado. (ALVES; SEBRIAN, 2008, p.2).

De acordo com Medina (1986, p. 30), a humanização é o antônimo da espetacularização, ela tem como finalidade traçar um perfil humano e não provocar gratuitamente, “apenas para acentuar o grotesco, para “condenar” a pessoa (que estaria pré-condenada) ou para glamorizá-la sensacionalisticamente”. Tratar a pessoa mais do que uma fonte também é o que ressalta Ijuim (2011). Olhar a fonte como o personagem de uma história é uma das possibilidades de humanizar o relato jornalístico. Para o autor, humanizar começa na leitura da pauta, por um olhar que vai além da fórmula.

O jornalismo humanizado produz narrativas em que o ser humano é o ponto de partida e de chegada, o que supõe que este fazer começa antes da pauta, na consciência do ser jornalista. No trabalho de apuração, busca versões verdadeiras e não, necessariamente, produz a verdade, pois o repórter não se relaciona com um objeto, mas com outros seres humanos envolvidos no processo comunicativo. Dessa forma, sua busca envolve a compreensão das ações dos sujeitos da comunicação – é a expressão dos sentidos da consciência. Na procura da essência dos fenômenos, atribui-lhe significados, os sentidos, para proporcionar ao público, mais que a explicação, a compreensão das ações humanas. (IJUIM, 2011, p.17).

Ijuim (2011, p.16) ainda ressalta que não é difícil encontrar equipes de reportagem que se apegam à primeira impressão, portanto, censuram, julgam e condenam. Em contraponto, segundo Medina (1986), alguns traços revelam o toque mágico do entrevistador, ou seja, a sensibilidade diferenciada que se manifesta através do gesto, do olhar, da atitude corporal. Falar desta parcela populacional ainda é algo delicado, no entanto, é falar de aceitação, de inclusão, de humanização, de respeito. É tratá-los como seres humanos. Falar de transgênero é contribuir para sua inserção na sociedade e não é apenas tratar de violência e prostituição. Os dados divulgados pelo Grupo Gay da Bahia são alarmantes, mas importantes, pois mostram que são necessárias políticas que os defendam. Os números do Relatório de 2016 dos Assassinatos de LGBTs no Brasil mostram que:

Dos 343 assassinatos, 173 eram gays (50%), 144 (42%) trans (travestis e transexuais), 10 lésbicas (3%), 4 bissexuais (1%), incluindo 12 heterossexuais, como os amantes de transexuais (“T-lovers”), além de parentes ou conhecidos de LGBT que foram assassinados por algum envolvimento com a vítima, como o ambulante do metrô de São Paulo ou por serem confundidos com gays.

Entretanto, apesar do número de mortes entre gays ser maior em comparações com os transgêneros, proporcionalmente, conforme o relatório, as travestis e os transexuais são as mais vitimadas. As chances de uma “trans” ser morta é 14 vezes maior que um gay. O número é ainda mais assustador quando comparado com dados dos Estados Unidos. São 144 trans mortas no Brasil

contra 21 trans americanas<sup>3</sup>. Ainda segundo dados do relatório, as brasileiras têm nove vezes mais chances de morte violenta que as trans norte-americanas. Segundo agências internacionais, mais da metade dos homicídios de transgêneros do mundo, ocorrem no Brasil. Mediante tantas barbáries contra as minorias sexuais, existe a necessidade de abrir espaços aos transgêneros, como ocorre no site Jornalistas Livres, que conta com uma editoria LGBT.

## **OBJETIVOS**

O presente trabalho visa investigar como os transgêneros são apresentados em uma editoria específica em um veículo de comunicação independente, analisando quais discursos midiáticos estão presentes na editoria analisada; identificando quais fatores fazem um jornalismo mais humanizado na editoria; entendendo em qual contexto os transgêneros são notícias na editoria LGBT e avaliando quais as pautas envolvem estes transgêneros. É importante partir destes pressupostos para dar um embasamento ao trabalho de pesquisa, fazendo com que se direcione melhor os estudos. Assim poderá se chegar a respostas que realmente possam contribuir para um desenvolvimento e aprimoramento da mídia.

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa, que busca contextualizações para uma pesquisa de mestrado, passou a ser realizada na editoria denominada de LGBT do veículo de comunicação independente Jornalistas Livres. O objeto de estudo presente está inserido na web e, para a realização do mesmo, pretende-se ampliar os conhecimentos sobre os avanços do webjornalismo nos últimos anos, principalmente na última década. Para isso, é fundamental pesquisar bibliograficamente a evolução do veículo, bem como as transformações pelas quais a web passou desde o fim do século passado.

Todas as matérias serão analisadas desde a sua primeira publicação em maio de 2015, totalizando mais de 50 publicações. São reportagens que transitam em questões, como: casamento igualitário, parada do orgulho gay, educação como base para a inclusão social dos transgêneros, transfobia e assédio moral, decreto presidencial para utilização do nome social aos travestis e transexuais, transgêneros na política, entre outras reportagens.

---

<sup>3</sup> Dados do Relatório 2016 de Assassinatos de LGBTs no Brasil, do Grupo Gay da Bahia. Disponível em <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-ps.pdf>

Através da análise do discurso e de conteúdo será feito um mapeamento da editoria, pois a ideia é compreender de que forma se dá o tratamento humanizado dos transgêneros na editoria. Pretende-se ouvir também, por meio de entrevistas, diretores e jornalistas responsáveis pelo veículo de comunicação, bem como representantes dos movimentos LGBTs para identificar como as minorias sexuais se sentem representadas através desta editoria estudada.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O presente trabalho discute como os transgêneros são tratados no meio independente de comunicação, problematizando este viés jornalístico. O intuito é provar se este nicho do jornalismo, que ganhou amplitude com o advento da internet, resulta em um meio livre de preconceitos, que não categoriza, não exclui, não marginaliza e não legitima discursos de ódio, uma condição que deveria ser esperada em todos os veículos de comunicação. O jornalismo, considerado como o quarto poder, é influenciador da cultura de um país, portanto, é essencial que as publicações sejam limpas de sexismo, racismo, transfobia e homofobia, por exemplo.

Até o momento, nesta incipiente pesquisa, que será aprofundada em uma dissertação de mestrado em andamento, percebeu-se que nos veículos independentes a comunidade LGBT recebe um tratamento diferenciado. Este grupo ocupa um espaço mais valorizado e humano, sendo que o jornalismo independente e alternativo utiliza uma linguagem diferente quando se trata de gênero. Assuntos são abordados com mais profundidade e humanização, fugindo dos maneirismos textuais que colocam esta parcela da população como marginal.

É perceptível que, além dos espaços restritos a violência e a prostituição, muitas vezes a mídia tradicional acaba categorizando os transgêneros. A opção sexual vem na frente de qualquer outra informação. A grande imprensa acaba reforçando e contribuindo com uma imagem negativa. Por exemplo, o jornal não estampa: a loira colidiu com o carro. No caso do transexual, seria: a transexual colidiu com o carro.

É fácil observar mulheres trans serem tratadas como homens e serem chamadas pelo pronome “ele”, como os homens trans serem tratadas como mulheres e chamadas pelo pronome “ela”. Isso é o reflexo da transfobia, do preconceito e da discriminação com os transgêneros, pouco debatido na sociedade, especialmente dentro do jornalismo. Mesmo que a compreensão em relação aos trans seja difícil, se não houver uma mudança na maneira de como a comunicação é feita, os leitores/ouvintes/telespectadores/internautas não serão informados de que maneira essas pessoas

preferem ser identificadas. Desta forma, se faz necessária ampliar a discussão para o tema e evidenciar espaços que venham a contribuir por um tratamento diferenciado e mais humanizado em detrimento dos transgêneros.

A condição sexual do indivíduo está acima de qualquer informação. Seja na capa dos jornais, nos noticiários de rádio ou nas manchetes das revistas, a categorização antecede o complemento da informação. Por muitas vezes não está em jogo a noticiabilidade em si, mas sim o que o envolvido na informação representa. Ou seja, as nomenclaturas como travesti, traveção, homem vestido de mulher vem estampando os noticiários com o intuito de prender a atenção da população, a fim de tornar aquilo fora do comum.

A imprensa, no entanto, acaba colaborando com essa disseminação preconceituosa. Vende este tipo de categorização ao público leitor, ouvinte e telespectador. A absorção por parte da população dessa conotação preconceituosa é o resultado da utilização destes termos errôneos que só contribuem para fortalecer a questão inadequada de categorização aos homossexuais, incluindo os transgêneros.

## CONCLUSÕES

Conforme foi visto, os transgêneros quando retratados pelos veículos tradicionais de comunicação, estão envolvidos em casos que se resumem a prostituição ou aos tantos registros de homicídios negligenciados pelos órgãos de segurança. No caso dos transexuais e travestis os dados revelam que o ódio generalizado contra os transgêneros pode ganhar contornos radicais, privando-os do direito à vida em decorrência da violência transfóbica. Atualmente, o Brasil é o país mais violento para um LGBT viver, conforme mostra o relatório do Grupo Gay da Bahia, que, somente no ano passado, quase 350 LGBTs foram assassinados.

Apenas a realidade da grande mídia chega na maior parcela da sociedade, o que corrobora para a perpetuação da discriminação, onde os transgêneros são diariamente vítimas da marginalização e da violência. Esta parcela significativa da população não está inserida como um cidadão que tem os seus direitos assegurados.

Contudo é possível avaliar que o jornalismo alternativo e independente rompe a barreira da mídia tradicional, que destina em seus veículos um espaço restrito para esta gama da sociedade. O jornalismo independente utiliza uma linguagem diferente quando se trata de gênero. Assuntos são abordados com mais profundidade e humanização, fugindo dos maneirismos textuais que colocam

esta parcela da população como marginal. A mídia independente não apenas fornece ao público os fatos que são negados, mas pesquisa formas de desenvolver questionamentos do processo hegemônico e fortalece o sentimento de confiança do público em seu poder de engendrar mudanças construtivas.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Fabiana Aline; SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti. **Jornalismo Humanizado: O Ser Humano Como Ponto de Partida e de Chegada do Fazer Jornalístico**. Guarapoava: Intercom, 2008.

ÁVILA, Simone. GROSSI, Miriam Pillar. **Transexualidade e Movimento Transgênero na Perspectiva da Diáspora Queer**. Disponível em <http://nigs.ufsc.br/files/2012/01/TRANSEXUALIDADE-E-MOVIMENTO-TRANSG%20ANERO-NA-PERSPECTIVA-DA-DI%20SPORA-QUEER-Simone-%20vila-e-Miriam-Pillar-Grossi.pdf>. Acesso em 14 de mar. de 2017.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. [https://books.google.com.br/books?id=kFs5milMfR8C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=kFs5milMfR8C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false). Acesso em 04 de mar. de 2017.

BHABHA, K. Homi. **O local da cultura**. Minas Gerais: UFMQ, 1998.

CARVALHO, Guilherme. **Jornalismo Alternativo na Era Digital: Análise de Reportagem da Agência Pública**, 2014. Disponível em file:///C:/Users/Usuario/Downloads/157-576-1-PB%20(1).pdf. Acesso em 16 de mar. de 2017.

DOWNING, John D.H. **Mídia radical: Rebeldia nas Comunicações e Movimentos Sociais**. 2º ed. Trad. Silvana Vieira. São Paulo: Editora Senac, 2002

IJUIM, Jorge Kanehide. **Humanização e desumanização no jornalismo: algumas saídas**. Recife, PE. Intercom, 2011. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-2440-1.pdf>. Acesso em 15 de mar de 2017.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista: o diálogo possível**. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

MOTT, Luiz. **Por que os homossexuais são os mais odiados dentre todas as minorias?**, 2013.

Disponível em

<http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.ifch.unicamp.br.pagu/files/colenc.01.a09.pdf>. Acesso em 09 de mar. de 2017.

OLIVEIRA, Denis. **Jornalismo Popular e Alternativo**, 2009. Disponível em

[http://www.usp.br/alterjor/Apostila\\_ICursoDifusao.pdf](http://www.usp.br/alterjor/Apostila_ICursoDifusao.pdf). Acesso em 16 de mar. de 2017.

PRIORE, Marry Del. **Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo. Planeta do Brasil, 2011.

Relatório 2016 de Assassinatos de LGBTs no Brasil, do Grupo Gay da Bahia. Disponível em <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-ps.pdf>. Acesso em 12 de mar. de 2017.

REAINAUDO, Franco; BACELLAR, Laura. **O mercado GLS: como obter sucesso com o segmento de maior potencial da atualidade**. São Paulo: Ideia & Ação, 2008.

Site Jornalistas Livres. Disponível em <https://jornalistaslivres.org/quem-somos/>. Acesso em 17 de mar. de 2017.

TOPEDINO, G. **A legitimidade constitucional das famílias formadas por uniões de pessoas do mesmo sexo**. Disponível em [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/BC\\_22e23\\_Art05.pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/BC_22e23_Art05.pdf). Acesso em 16 de mar. de 2017.